

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA, NEGRITUDE E RENDIMENTO ESCOLAR
SYMBOLIC VIOLENCE, BLACK PERSONS AND SCHOOL PERFORMANCE

Daiana Aparecida Machado¹

Rodrigo dos Santos²

RESUMO

Este trabalho analisa a violência simbólica em relação à negritude na educação para a melhoria do desempenho escolar, em virtude da conscientização e importância do negro para nosso País. A violência em relação à negritude é observada a partir do seu campo simbólico, onde uma classe dominante estabelece dominação. Este trabalho afirma que todo ato pedagógico é um ato de violência simbólica legitimada pelas instituições escolares, que tendem a aceitar a cultura dominante. A cultura dominante brasileira ainda aceita a existência de comportamentos excludentes contra negros, considerando-os dentro da normalidade das relações sociais. Nas escolas, estes comportamentos racistas se manifestam, principalmente, no campo simbólico através de gestos, condutas, agressões verbais hostis. O compromisso com a melhoria do desempenho escolar está diretamente ligado ao combate ao racismo e à diversidade cultural e ao cumprimento da Lei 10.639/2003.

Palavras-chave: Educação; Poder Simbólico, Negritude.

ABSTRACT

This paper analyzes the symbolic violence in relation to black persons in education to improve school performance, due to the awareness and importance of the black

¹ Graduada em Pedagogia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: daianamachado66@gmail.com

² Docente no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: rsosantos@unifafibe.com.br

persons to our country. Violence in relation to black persons is observed from its symbolic field where a ruling class establishes domination. This paper states that every educational act is an act of symbolic violence legitimized by school institutions, which tend to accept the dominant culture. Brazil's dominant culture still supports the existence of exclusionary behavior against blacks, considering them within the normal range of social relations. In schools, these racist behaviors are manifested mainly in the symbolic field through gestures, behaviors, hostile verbal abuse. The commitment to improving school performance is directly linked to combating racism and cultural diversity and compliance with Law 10.639 / 2003.

Keywords: Education; Power Symbolic Negritude.

Introdução

Este trabalho analisa a violência simbólica em relação à negritude na educação para a melhoria do desempenho escolar, em virtude da conscientização e importância do negro em nosso País. A violência em relação à negritude é observada a partir do seu campo simbólico, onde uma classe dominante estabelece dominação para dificultar a igualdade de oportunidades entre negros e brancos.

A metodologia usada no projeto fundamenta-se em pesquisa de revisão bibliográfica sobre autores que analisaram a violência simbólica e as relações de negritude na educação como Bourdieu e Passeron (1970), Cunha (1979), Rosa (2007), Nogueira; Nogueira (2003), Castro (2002), Stoer (2008), Pinho (2006), Stivale Fortunato (2008), Brasil (1988) entre outros.

Na 1º seção, “O que é violência simbólica”, destaca-se a importância do conceito de capital social e violência simbólica para o entendimento das relações de dominação existente entre brancos e negros. A 2º seção, “Violência Simbólica na Escola”, observa-se como a educação contemporânea ainda permite a existência da violência simbólica de brancos sobre negros no cotidiano das relações escolares. Já na 3º seção, “O ensino da história e cultura afro-brasileira”, destaca-se a ausência de temas e matérias adequadas para a formação de indivíduos capazes de compreender a diversidade, igualdade e importância da cultura afrodescendente

para o Brasil. E na 4ª seção, “A aplicação da Lei 10.639/2003 nas escolas”, observa-se a falta de preparo dos profissionais da educação e de estrutura das escolas para implementar de forma adequada o que estabelece a Constituição de 1988.

Este trabalho observa que toda ação pedagógica pode ser considerada uma violência simbólica porque se materializa dentro das instituições escolares, campo simbólico de disputas pela legitimação social. Portanto, todo ato pedagógico é um ato de violência simbólica legitimada pelas instituições escolares, que tendem a aceitar a cultura dominante. No Brasil, o acesso à educação de qualidade é um importante instrumento de democratização, diminuição das diferenças sociais e melhoria do desempenho escolar em uma sociedade que possui 53,6% de negros ou pardos e 45,5% de brancos (IBGE, 2014).

O trabalho compreende que as instituições escolares, profissionais de educação, pais e responsáveis devem coibir os abusos e violências cotidianas na educação, seguindo também as determinantes da Lei 10.639/2003, que combate o racismo. A cultura dominante brasileira ainda aceita a existência de comportamentos excludentes contra negros, considerando-os dentro da normalidade das relações sociais. Nas escolas, estes comportamentos racistas se manifestam, principalmente, no campo simbólico através de gestos, condutas, agressões verbais hostis. O compromisso com a melhoria do desempenho escolar está diretamente ligado ao combate ao racismo e à diversidade cultural.

1. O que é violência simbólica

Apesar de se tratar de um assunto recorrente no que diz respeito à educação, o fracasso escolar ainda não foi totalmente esclarecido, uma vez que as instituições escolares ainda tenta coibir os problemas de aprendizagem existentes. Quando nos referimos á este assunto, a sociedade expõe diferentes rótulos para aqueles que acabam caracterizados pelo "fracasso escolar", termos como "mal sucedidos", "incapacitados", "aluno com falta de interesse" são evidentes. Quando as instituições escolares avaliam o desempenho escolar de seus alunos ocorre uma

clivagem que pode gerar rótulos, como o estigma de que eles não conseguem atingir os objetivos propostos pela instituição.

O termo “violência simbólica” foi criado pelo pensador sociólogo francês Pierre Bourdieu, referindo-se à “violência” causada pela classe dominante sobre a classe dominada na sociedade francesa. Esta violência ocorre no campo simbólico dos indivíduos que por *habitus* assimilam e difundem os signos de dominação presentes em suas interações sociais. Desta forma, a classe dominante “impõe” como legítima a sua cultura. Assim sendo, conseguem manter o seu poder socioeconômico sobre os dominados (BOURDIEU, 1970).

Por sua vez, a parcela dominada da sociedade acredita que o poder e a violência simbólica se manifestam apenas como tradição e costume de classe, como algo adquirido e não imposto. Desta forma, a violência simbólica é camuflada na realidade das relações humanas, porém, os “dominantes” sempre impõe algo sobre os chamados “dominados”. Segundo Bourdieu (1970), a “violência simbólica” tem sua base na força material, portanto, aqueles grupos com um maior capital cultural seriam aqueles que possuem maiores sucessos em suas ações escolares.

O conceito de violência simbólica pode ter um amplo sentido, de forma geral, pode-se entender que seja um dano causado de maneira moral às pessoas que se torna física em função do processo de dominação que se traduz no plano socioeconômico. Assim sendo, a prática da violência simbólica se remete primeiramente aos domínios verbais e sociais para se materializar através da aceitação e reprodução de seus signos no plano real das relações humanas.

De acordo com Cunha (1979), os indivíduos que sofrem este tipo de violência possuem características comuns, como fragilidades, baixa autoestima, baixo desempenho escolar, etc. Estes indivíduos caracterizam-se por serem frutos de uma classe dominada, sendo inseguros e submissos. Para o autor, a violência simbólica é “a capacidade que tem os grupos detentores do poder de violência material, de impor aos grupos dominados, significações legítimas”. Assim sendo, os indivíduos da classe dominante acreditam que são os detentores do poder, e a partir daí se acham no direito de realizar violência simbólica sobre os demais segmentos da sociedade.

Observa-se, portanto, que o capital cultural é um elemento fundamental para a ocorrência da violência simbólica por parte dos dominantes. De acordo com, Bourdieu (2004, p. 74 – 75), “o capital cultural nada mais é do que o ter que se tornou ser, pois se trata daquilo que você tem para o que você vai ser, e assim a escola passa a reproduzir o que já vemos na sociedade, por este estar diretamente ligado ao capital econômico”. O autor observa a desigualdade existente entre indivíduos que possuem família que investem em seus filhos através de seu poder econômico e aqueles que não possuem capacidade financeira familiar para converter capital financeiro em capital cultural. As famílias que investem em sua cultura, sua educação, notoriamente criam as possibilidades para que seus filhos melhorem o seu desempenho escolar, por exemplo, através de aulas adicionais. Diante disso, é que nos damos conta de como as diferentes classes sociais podem influenciar o sistema educacional, proporcionando assim o sucesso, ou não, dos indivíduos nas escolas.

A violência simbólica se materializa através do capital cultural, e por sua vez, os grupos dominantes se legitimam determinando as relações sociais desiguais e hierárquicas. Pode-se afirmar então que, a violência simbólica é uma violência invisível no qual uma classe social impõe algo como “verdadeiro” e “legítimo”, através da produção de capital cultural e do conhecimento. Desta forma, a violência simbólica se trata de uma violência sutil, invisível àqueles que a recebem:

A violência simbólica representa uma forma de violência invisível que se impõe numa relação do tipo subjugação-submissão cujo reconhecimento e a cumplicidade fazem dela uma violência silenciosa que se manifesta sutilmente nas relações sociais e resulta de uma dominação cuja inscrição é produzida num estado dóxico das coisas, em que a realidade e alguma de suas nuances são vividas como naturais e evidentes. Por depender da cumplicidade de quem a sofre, sugere – se que o dominado conspira e confere uma traição a si mesma (ROSA, 2007, p.40).

Portanto, tem-se que a violência simbólica é abstrata, relacionando-se como cognitivo das relações humanas sobregêneros sexuais, raças, classe social, padrões sociais e culturais, entre outros. Este tipo de violência trata-se de algo arbitrário e autoritário, que um grupo exerce sobre outro grupo ou indivíduo. Um dos principais vínculos de violência simbólica se trata de a classe dominante firmar e legitimar

sobre os dominados a sua cultura. Desta forma, os dominantes ignoram os outros tipos de cultura, engessando o processo de ensino aprendizagem de indivíduos diferentes aos padrões estabelecidos (BOURDIEU, 1970).

A partir do momento que trabalhamos o tema da violência simbólica nas escolas, temos que entender que isso se trata da imposição de algo que uma pessoa ou grupo acredite ser o correto, e, portanto impõe sobre a outra. E podemos ver isto nas escolas, a partir do momento que ela prioriza apenas uma parcela dos alunos, é neste momento, que as instituições reproduzem aquilo que já vemos em nossa sociedade.

Dessa forma, aqueles que são chamados de “dominantes”, possuem maior facilidade na hora de aprender sobre aquilo que estão vendo nas instituições de ensino, já que isto se trata de algo incluso na sua cultura, diferente dos “dominados”, que normalmente não possuem em seu *habitus* os padrões exigidos pela escola. Através do sistemático desempenho escolar insatisfatório surge a evasão escolar (BOURDIEU, 1970; ROSA, 2007).

Ao valorizar apenas uma parte da sociedade, favorecido por aqueles que possuem uma herança cultural que acreditam se tratar de uma cultura legítima, a escola não está valorizando a diversidade cultural que existe em nosso país. Portanto, ela não está fazendo da escola um lugar igualitário, pois o papel da escola é a produção de indivíduos com habilidades e sensibilidades adequadas para assegurar uma sociedade mais igualitária e republicana.

O maior efeito dessa “violência simbólica” exercida pela escola não é a perda da cultura familiar e a inculcação de uma nova cultura exógena (...), mas o reconhecimento, por parte dos membros[das classes menos favorecida] da superioridade e legitimidade da cultura dominante (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2003, p.39).

De uma forma genérica podemos dizer que o ensino proposto em nossas escolas visa privilegiar apenas a minoria, aquelas que são dotadas de uma herança cultural. Sendo assim, aqueles que não possuem essas características, os que não se encaixam neste perfil, não conseguem acompanhar os padrões de aprendizagens realizados nas escolas, e por conseqüência, acabam por fracassar no seu processo de formação (STIVAL; FORTUNATO, 2008, p. 1203).

Desta forma, para que as instituições escolares tenham sucesso em sistemas republicanos e democrático de ensino garantido pela Constituição de 1988, é necessária a diminuição das assimetrias entre o capital cultural da classe dominante e da classe dominada. As instituições escolares possuem um grande desafio diante da ambivalência existente entre formar indivíduos aptos a legitimarem o capital cultural dominante e a diminuição das desigualdades sociais através da inclusão educacional, do baixo desempenho e da diminuição da evasão escolar.

2. Violência Simbólica na Escola

Pode-se entender que a violência simbólica é realizada por um grupo ou pessoa de classe social mais elevada, que acredita ter o direito à violência por legitimidade. A escola, que seria um lugar para anular este tipo de violência, acaba fazendo o oposto, estimulando essas ações. Para Bourdieu e Passeron (2001, p. 202), “toda ação pedagógica se trata de uma violência simbólica”.

Portanto, deve-se considerar que este tipo de violência não acontece apenas entre alunos, mas também com os profissionais da educação. Quanto mais elevado for a posição social do indivíduo maior será a capacidade de impor algo sobre os demais. Por isso, acredita-se que toda a ação pedagógica se trata de uma violência simbólica, visto que todos impõem algo sobre seus inferiores inclusive os professores sobre seus alunos:

A ação pedagógica reproduz o arbitrário cultural das classes dominantes ou dominadas. A ação pedagógica (institucionalizada) da escola reproduz a cultura dominante e, através desta, a estrutura de relações de força dentro de uma formação social, possuindo o sistema educativo dominante o monopólio da violência simbólica legítima. Todas as ações pedagógicas praticadas por diferentes classes ou grupos sociais apoiam objetiva e indiretamente a ação pedagógica dominante, porque esta última define a estrutura e o funcionamento do mercado econômico e simbólico (STOER, 2008, p. 15).

Assim sendo, a escola reproduz o que já há na sociedade, pois privilegiam os alunos com capital cultural mais elevado, e com isso ignora as diferentes classes sociais. Quando dizemos que a instituição escolar reproduz o que já temos na nossa sociedade estamos fundamentados na teoria de “Reprodução” desenvolvida por

Bourdieu e Passeron (1970), que define que em vez de produzirem indivíduos que possam transformar a sociedade, elas apenas reproduzem uma desigualdade que já esta materializada na sociedade. Segundo estes autores, toda ação pedagógica se trata de uma violência simbólica, por se tratar da imposição de algo:

A ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica, num primeiro sentido, enquanto que as relações de força entre os grupos ou as classes constitutivas de uma formação social estão na base do poder arbitrário que é a condição da instauração de uma relação de comunicação pedagógica, isto é, da imposição e da inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e de inculcação (educação) (BOURDIEU; PASSERON, 1970 p. 27).

Portanto, toda a ação pedagógica se trata de uma violência simbólica, por que o professor tenta arbitrariamente impor uma cultura que não esta inserida em alguns alunos. Na escola, estes que possuem o poder querem a reprodução do que já temos na nossa sociedade, sendo assim os que são filhos dos detentores do poder simbólico apresentam maior facilidade na hora do aprendizado, pois aquilo faz parte de sua cultura. Diferentemente dos alunos dominados, daí a importância da escola e dos professores estarem preparados para cada realidade de seus alunos, eles deve levar em consideração cada situação de cada membro da instituição de ensino (BOUDIEU, PASSERON; 1970).

Pode-se observar que, para que o sucesso de um indivíduo na escola ocorra, é necessária a influência da família, pois a ela faz parte do processo de formação destes transmitindo capital cultural. E através deste processo de transmissão de conhecimento valorizado em sociedade que podemos perceber que os filhos da classe dominante têm mais facilidade para alcançar os objetivos propostos pela escola, por estas propostas trata-se de uma continuidade daquilo que eles veem em casa. Diferentemente, os alunos filhos de uma classe dominada, uma vez que estas crianças não estão adaptadas há esta concepção de cultura dominante por não possuírem o *habitus*, que vai se manifestar em seu modo de falar, agir, escrever, entre outras coisas. Estes alunos que não possuem em seu *habitus* o capital cultural da classe dominante irão sucumbir diante do fracasso escolar (BOURDIEU, 1970). Pode-se perceber que a escola tende a favorecer a cultura dominante, esquivando-se diversidade e alteridade nas relações humanas.

3. O ensino da história e cultura afro-brasileira

O tema da violência simbólica está diretamente associado às relações de negritude. Em regimes democráticos e republicanos, como o brasileiro, a igualdade social está diretamente associada a igualdade de oportunidades. Segundo o IBGE 2014 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os negros (pretos e pardos) são a maioria da população, representando 53,6% da população contra 45,5% que se declaravam brancos. De acordo com o instituto, dentro do 1% mais ricos, 79% eram brancos, em 2014. Em 2004, havia 12,4% de negros e 85,7% de brancos nesse grupo. Em 2004, 51,2% eram brancos e 48,2% eram pretos ou pardos. No entanto, na população que forma o grupo 10% mais pobre, com renda média de R\$ 130 por pessoa na família, os negros continuam majoritários. Inclusive as diferenças aumentaram nos últimos 10 anos de 73,2%, em 2004, para 76%, em 2014. Este percentual indica que três em cada quatro pessoas que estão na parcela dos 10% mais pobres do país são negras.

De acordo com o censo IBGE 2014, sete dados demonstram o abismo social entre brancos e negros no Brasil, são eles: 1. Mulheres negras são as que se sentem mais inseguras todos os lugares, inclusive em casa. 2. As mulheres negras são as mais atingidas pelo desemprego. 3. Taxa de analfabetismo dos negros é o dobro dos brancos. 4. Renda média dos negros é 40% menor do que dos brancos. 5. Menos de um terço dos candidatos em eleições são negros ou pardos. 6. Negros são maioria no Programa Bolsa Família. 7. 2/3 das famílias nas favelas são chefiadas por negros ou pardos (IBGE, 2014).

Na educação, de acordo com o censo escolar 2005, apenas um terço se declararam negros ou pardos nas escolas privadas contra 55% nas escolas públicas. Os negros possuem índices de evasão duas vezes maior do que os brancos, assim como, o dobro dos percentuais de alunos que não estão no seu nível escolar adequado para a idade. No Brasil, a educação como um requisito (IBGE, 2014).

Assim no seu cotidiano, a escola necessita contribuir com ações eficazes visando à emancipação dos diferentes sujeitos de direitos desenvolvendo novas

práticas sócias contra o preconceito e a discriminação racial. Para Pinho (2006, p. 22), “a Educação de forma geral, desde os primeiros fundamentos até o mais alto nível de graduação, deve ser a base de um programa para a eliminação do preconceito que se ‘esconde’ (...)”.

Em uma sociedade republicana e democrática estabelecida pela constituição de 1988, a escola tem que ser um lugar que contribua para a eliminação do preconceito, respeitando a cultura e história dos negros em seus currículos escolares. A educação não dá a devida atenção à cultura e a história dos povos afrodescendentes. Ao privilegiar a história dos povos europeus, a educação exerce violência simbólica estabelecendo os interesses da classe dominante, que através do capital cultural, exerce dominação simbólica. (BRASIL, 1988).

A violência contra os negros também acontece de outras maneiras dentro das escolas. A violência simbólica aparece através de gestos, condutas, agressões hostis, mas principalmente, as atitudes que consideramos “normais”, que é a de sempre privilegiar as crianças brancas, pois estas dizem “estar” dentro de um padrão estabelecido pela sociedade. É possível observar a seletividade social em relação aos brancos e negros quando há opções evidentes por um em detrimento do outro. Pode-se observar que, enquanto crianças brancas são escolhidas para vivenciar situações em que são “príncipes” ou “princesas”, as crianças negras são direcionadas para atividades mais submissas dentro da estrutura social.

As instituições escolares devem estar atentas a estes tipos de comportamento, trabalhando não apenas a alfabetização nas escolas, mas também, as diferenças. Os educadores devem elogiar e aceitar diferentes padrões de beleza. Desta forma, as crianças negras poderão notar que sua cultura, suas histórias, sua beleza tem a sua importância, não podendo ser considerada algo inferior. Assim a escola tem um papel fundamental de desmistificar a construção social que despreza a cultura dos povos afrodescendentes, desqualificando a importância de sua contribuição para a construção da nação brasileira.

É na escola que o indivíduo terá acesso a valores trazidos por outros seres humanos, sejam professores ou alunos, basicamente é nessa escola que ele – o indivíduo em formação – aprenderá não só o conhecimento básico, mas os valores sociais que conduzirão à quebra dessa inferioridade racial, impregnada culturalmente, para promover o término do racismo. (COLTRIN, 2014, p. 10)

Outro erro constante em nossa educação é dizer às crianças na educação infantil que o lápis de cor “rosa claro”, é lápis “cor de pele”. No entanto, que pele seria essa, já que mais uma vez sabemos que somos um país com diferentes raças. Outros fatores estão nos materiais didáticos utilizados em sala que não são preparados para que os professores trabalhem a questão étnico-racial. (SANTOS, 2013)

E foi buscando acabar com estas situações de menosprezo a uma pessoa ou cultura, que foi criada a lei 10.639/2003, que tem como finalidade o combate ao racismo, tornando também obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira.

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

A lei possibilita a inclusão das temáticas relacionadas à cultura afrodescendente estabelecendo um dos componentes para a obtenção do capital cultural necessário para o desempenho dos indivíduos em sociedade. Destaque-se, também, o dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar, criado pela lei 10.639/2003 a ser comemorado em todo dia 20 de novembro de cada ano, dia da morte de Zumbi dos Palmares. Porém, deve-se considerar que a obrigatoriedade não garante por si só à conscientização, tão pouco, a melhoria do desempenho escolar dos negros.

E, portanto não será apenas a criação de uma lei que irá mudar o que vemos dentro das instituições de ensino, os profissionais deverão estar ciente do problema para trabalhar em sala de aula, adaptando contos infantis, uma vez que toda a criança pode ser princesas, independente de cor ou raça, sendo assim tanto os brancos, como os negros contribuíram para o crescimento do Brasil, e com isso deve ser trabalhado e lembrado nas escolas.

4. A aplicação da Lei 10.639/2003 nas escolas

O preconceito étnico-racial acontece muito cedo para os indivíduos negros, sendo anterior a entrada no sistema educacional. No entanto, é relevante que este tema seja trabalhado nas escolas para que o racismo seja combatido. A Lei n. 10.639/2003 determina que a educação trabalhe com matérias e temas relativos às questões Étnico-Raciais, assim como, o ensino de história e cultura afro-brasileira. Estas matérias relacionadas à negritude e às suas relações sociais devem ser implementadas nas escolas para o melhor entendimento da diversidade cultural brasileira desconstruindo pré-conceitos (DUDA E COSTA, 2010).

Desta forma, a reflexão sobre a importância da igualdade, deixando de lado a discriminação entre as diferentes culturas, é importante elemento para a ênfase nos valores humanos e para a construção de sociedade igualitária.

Ao lidar com a questão de como é aplicada a lei 10.639/2003 dentro das escolas, percebemos que apesar de vermos alguns avanços, o que realmente sobressai, é que falta de preparo por parte dos professores para trabalharem esta temática. Dentro de suas salas de aulas, há carência de conhecimento, preparo e qualificação para a aplicação da lei referida. Assim sendo, a falta de qualidade da educação e indiferença que alguns profissionais tratam o tema da história e cultura dos negros para a educação do Brasil são situações corriqueiras no sistema educacional de nosso País. Para Duda e Costa (2010, p. 3), a Lei n. 10. 639/2003:

(...) foi, um grande avanço, no entanto, quase nada foi realizado para materializar estas propostas, as condições materiais das escolas, a formação dos professores ainda continuam insuficientes para oferecer educação de qualidade para todos, assim como o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos.

A falta de preparo dos professores para trabalhar questões étnicas dentro da sala de aula, compromete o processo de formação de nossos alunos. Portanto, professores e educadores devem pensar em se qualificarem para poderem

trabalhar cultura africana dentro da sala de aula questões étnicas, melhorando o processo de ensino aprendizagem sobre diversidade, igualdade e inclusão social.

Essas dificuldades que temos encontrado também podem ser vistas na elaboração dos currículos que mascaram a realidade de outras etnias. Neste ponto, pode-se observar que currículos e matérias ainda destacam as relações caucasianas em detrimento das demais, indiretamente, supervalorizando-as frente às outras (DUDA E COSTA, 2010).

Deve-se considerar também que, aqueles que trabalham relações étnicas, ficam muito presos a história africana que vem nos livros didáticos tradicionais, que reafirmam a superioridade da etnia europeia. O educador deve ter uma inquietação em mostrar aos alunos outros pontos de vista, não causando constrangimento nos alunos. O papel do professor deve ser republicano, mostrando e valorizando a cultura de todos os povos. Deve considerar também que a criança negra encontra dificuldades para construir a sua identidade étnica racial, já que a história insiste em inferiorizar a cultura africana. Uma vez que o aluno negro dentro da sala de aula, sempre é visto de forma diferente do aluno branco, dado que o aluno branco que se sobressai é tido como inteligente, e o aluno negro como aluno esforçado, que só de destacou visto que, teve que estudar muito. Para Almeida (2015, p.1).

A escola reproduz os estigmas e estereótipos e serve para rotular o aluno negro como “fracassado”, aquele que já está fadado ao insucesso. Quando o aluno negro se destaca é tratado como o “esforçado”, aquele que estuda mais em relação aos outros colegas. Esse tratamento geralmente não é dado ao aluno branco, que tem o seu desempenho encarado como natural.

Segundo Silva (2001, p. 10), os “livros reproduzem em grande parte a inferiorização das diferenças étnico-culturais e raciais”. Assim sendo, se até nos livros que são manuseados por estes alunos eles são inferiorizados, cabe ao professor saber lidar com o que está no livro, desmascarando as relações sociais que estão subentendidas, evitando a alienação do tema.

Observa-se, assim que, o ensino sobre as relações étnicas, especificamente à dos povos afrodescendentes, está ainda bastante comprometida. A ausência de preparo dos profissionais envolvidos e de estrutura de qualificação ainda impede

que sequer o tema sobre a negritude e as demais etnias possa ser tratado adequadamente.

5. Considerações Finais

Com a pesquisa realizada foi constatado que o termo violência simbólica é utilizado em consequência da imposição de algo, que na maioria das vezes é realizado por alguém ou um grupo de pessoas que possui um capital cultural maior do que aquele que foi agredido. Sendo assim, dizemos que a “violência simbólica” acontece da classe dominante sobre os dominados. O conceito violência simbólica possui um amplo sentido, de forma que podemos dizer se tratar de um dano causado à moral das pessoas atingidas, em função da dominação do grupo oposto. Portanto quando falamos de violência simbólica, sabemos que estamos falando de uma violência abstrata, relacionada ao cognitivo das relações humanas sobre gêneros sexuais, raças, classe social, padrões sociais e culturais, entre outros.

Portanto, as instituições escolares, profissionais de educação, pais e responsáveis devem coibir os abusos e violências cotidianas na educação, seguindo também as determinantes da Lei 10.639/2003, que combate o racismo. A cultura dominante brasileira ainda aceita a existência de comportamentos excludentes contra negros, considerando-os dentro da normalidade das relações sociais. Nas escolas, estes comportamentos racistas se manifestam, principalmente, no campo simbólico através de gestos, condutas, agressões verbais hostis. O compromisso com a melhoria do desempenho escolar está diretamente ligado ao combate ao racismo e à diversidade cultural.

Referências

ALMEIDA, Michele Santana Pacheco de. **Quem tem medo da "Dez"**: um estudo de caso de duas escolas públicas municipais de São Francisco do Conde: apresentação dos resultados de uma pesquisa feita em duas escolas municipais de São Francisco do Conde. [S.l.]: Monografia Brasil Escola, 2015. Disponível em:

<<http://monografias.brasilecola.com/educacao/quem-tem-medo-dez-um-estudocaso-duas-escolas-municipais.htm>>. Acesso em: 18/10/16.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DE 1988**. Lei 10.639/2003. Planalto, Brasília, DF, 2016. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm%20%20Acessado%2030/08/2016%20%C3%A1s%2015:37>. Acesso em: 10/10/2016.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

COTRIM, Regina Recalde da Fonseca. Projeto “lápiz cor de pele–qual pele?” implementação da lei 10.639/03 no combate ao racismo e resgate da autoestima de estudantes negros em escola da Ceilândia, DF. 2016. CUNHA, L. A. Notas para uma leitura da teoria da violência simbólica. **Educação e Sociedade**. CEDES, Cortez & Moraes – set. 1979. Disponível em:< <http://bdm.unb.br/handle/10483/13039>>. Acesso em:10/10/2016.

DUDA, M. N. F.; DA COSTA, R.C. F. **Relações raciais e educação infantil**: um estudo de caso sobre o preconceito na escola municipal dr.emersontenório. encontro de pesquisa em educação de alagoas (epeal). alagoas, 2010. disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/relacoes-raciais-e-educacao-infantil-um-estudo-de-caso-sobre-o-preconceito-na-escola-municipal-dr.pdf>>.

IBGE, PNAd 2014, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/>>. Acesso em: 10/10/2016.

NOGUEIRA, M. A; NOGUEIRA, C. M. Um arbitrário cultural dominante. **Revista brasileira de educação**. maio/ ago, n. 23. Campinas: Editora Autores Associados, 2003

REVILLA CASTRO, J. C. La violencia de losalumnos em los centros educativos. *Revista de Educación*. Madrid, n.329, p.513-532, 2002

PINHO, Hilma “**Desafios de uma Educação Inclusiva: Legislação e Ação afirmativa para o Negro**”, p. 22, 2006.

POLI, S. Ivan “**Paidéia Negra (EkoOrisa) A Nova Pedagogia dos Orixás**”, p.21.

ROSA, A. R. (O) **Braço forte, (a) mão amiga**: um estudo sobre a dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar. Lavras: UFLA, 2007.

SANTOS, R. **A questão étnico-racial nas escolas: como o professor interpreta o material didático referente às questões raciais e como o interpreta para os alunos**.Faculdades Salesianos, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.salesianos.br/wp-content/uploads/2013/12/a-questao-etnico-racial-nas-escolas.pdf>>.Acesso em:10/10/2016.

STIVAL, Maria Cristina Elias Esper; FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira. Dominação e reprodução na escola: visão de Pierre Bourdieu. In: **VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR (EDUCERE) e no III Congresso Ibero-Americano sobre Violência nas escolas CIAVE**. 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/676_924.pdf >. Acesso em: 17/10/2016.

STOER, S. R. A genética cultural da reprodução. **Educação, Sociedade & Culturas**, n.º 26, 2008, 85-90.

Recebido em 13/2/2017

Aprovado em 10/4/2017